



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

ATA DA TRIGÉSIMA PRIMEIRA (31ª) SESSÃO ORDINÁRIA

Presidida pelo Sr. Vereador Jorge Setoguchi;
secretariada pelo Sr. Vereador Cristiano Gaioto.

Aos dois dias do mês de outubro do ano dois mil e dezesete realizou-se, na Sala das Sessões "Vereador Santo Róttoli", da Câmara Municipal de Mogi Mirim, presidida pelo Sr. Vereador Jorge Setoguchi; secretariada pelo Sr. Vereador Cristiano Gaioto, a Trigésima Primeira (31ª) Sessão Ordinária do Primeiro (1º) Ano da Décima Sétima (17ª) Legislatura da Câmara Municipal de Mogi Mirim, previamente programada e devidamente convocada nos termos da Relação da Matéria, datada de 29 de setembro de 2017. Às 18h30, feita a primeira chamada nominal dos Srs. Vereadores pelo 1º Secretário, nos termos do disposto no Artigo 109, da Resolução nº 276, de 2010 (Regimento Interno vigente) e se constatando haver número legal para o início dos trabalhos, conforme dispõe o Artigo 106, da já citada Resolução, eis que se encontravam presentes os Srs. Vereadores: Alexandre Cintra (01), André Albejante Mazon (02), Cinoê Duzo (03), Cristiano Gaioto (04), Geraldo Vicente Bertanha (05), Gérson Luiz Rossi Júnior (06), Jorge Setoguchi (07), Luís Roberto Tavares (08), Luiz Roberto de Souza Leite (09), Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino (10), Marcos Antonio Franco (11), Maria Helena Scudeler de Barros (12), Moacir Genuario (13), Orivaldo Aparecido Magalhães (14), Samuel Nogueira Cavalcante (15), Sônia Regina Rodrigues (16) e Tiago César Costa (17), conforme, aliás, se vê das respectivas assinaturas apostas na Folha de Presença - Registro de Comparecimentos e Faltas dos Srs. Vereadores às Sessões da Câmara, anexa ao final da presente ata, o Sr. Presidente deu por iniciados os trabalhos da presente sessão. Posto isto, conforme o disposto no Parágrafo Único, do Artigo 106, da citada Resolução, convidou o Vereador Moacir Genuario, para que procedesse a



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

leitura de um trecho da Bíblia Sagrada. Cumprida dita providência, dando por iniciada a parte reservada ao "**EXPEDIENTE**", o Sr. Presidente submeteu à apreciação do Plenário a Ata da Vigésima Terceira (23^a) Sessão Ordinária, realizada em 07 de agosto de 2017, a qual, depois de achada conforme e aprovada, foi devidamente assinada pelos Vereadores Jorge Setoguchi e Cristiano Gaioto, respectivamente, o Presidente e o 1º Secretário. Na sequência deu ciência à Casa, através de leitura, da seguinte matéria: 1. Projeto de Lei nº 99, de 2017, do Vereador Cristiano Gaioto, “dando denominação oficial à Rua Projetada 13, localizada no Condomínio Morro do Sol, de Rua Luiz Antônio Marchioro”; (ao exame das Comissões Permanentes); 2. Projeto de Lei nº 104, de 2017, do Prefeito de Mogi Mirim, Carlos Nelson Bueno, acompanhado da Mensagem nº 66, de 11/09/2017, objeto do Ofício nº 66/2017, de igual data, “acrescentando dispositivo à Lei Municipal nº 2.631, de 29 de novembro de 1994”; (ao exame das Comissões Permanentes, conforme Artigo 49, § 1º do Regimento Interno); 3. Projeto de Lei nº 105, de 2017, do Vereador Luís Roberto Tavares, “dando denominação oficial à Avenida Projetada 01, localizada no Residencial Morro do Sol, de Avenida Morro do Sol; (ao exame das Comissões Permanentes); 4. Projeto de Lei nº 106, de 2017, da Vereadora Sônia Regina Rodrigues, “autorizando o Poder Executivo a instituir o Programa Adote Um Ponto de Ônibus”; (ao exame das Comissões Permanentes); 5. Projeto de Lei nº 107, de 2017, do Prefeito de Mogi Mirim, Carlos Nelson Bueno, acompanhado da Mensagem nº 71, de 26/09/2017, objeto do Ofício nº 71/2017, de igual data, “dispondo sobre a celebração de convênio entre o Município de Mogi Mirim e a União, por intermédio da Superintendência do Patrimônio da União, em São Paulo – SPU/SP”; (ao exame das Comissões Permanentes); 6. Projeto de Lei nº 108, de 2017, do Prefeito de Mogi Mirim, Carlos Nelson Bueno, acompanhado da Mensagem nº 73, de 29/09/2017, objeto do Ofício nº 73/2017, de igual data, “dispondo sobre o parcelamento de dívidas com a Previdência Social e com o



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Serviço Autônomo de Água e Esgotos – SAAE de Mogi Mirim”; (ao exame das Comissões Permanentes); 7. Projeto de Lei nº 109, de 2017, do Prefeito de Mogi Mirim, Carlos Nelson Bueno, acompanhado da Mensagem nº 72, de 28/09/2017, objeto do Ofício nº 72/2017, de igual data, “estimando a receita e fixando a despesa do município de Mogi Mirim, para o exercício de 2018”; (ao exame das Comissões Permanentes); 8. Projeto de Lei Complementar nº 09, de 2017, do Prefeito de Mogi Mirim, Carlos Nelson Bueno, acompanhado da Mensagem nº 65, de 11/09/2017, objeto do Ofício nº 65/2017, de igual data, “dispondo sobre a atualização dos valores imobiliários do Município de Mogi Mirim e estabelecendo, para efeito de apuração do valor venal de imóveis urbanos e da base de cálculo do IPTU, a contar do Exercício de 2018, os valores do metro quadrado de terreno, e dando outras providências”; (ao exame das Comissões Permanentes); 9. Projeto de Decreto Legislativo nº 12, de 2017, de iniciativa do Vereador Luiz Roberto Souza Leite, “concedendo o Título de Cidadão Mogimiriano, para o senhor Luiz Bergamasco; (ao exame das Comissões Permanentes); 10. Projeto de Decreto Legislativo nº 14, de 2017, de iniciativa do Vereador Alexandre Cintra, “concedendo o Título de Cidadã Mogimiriana, para a senhora Cilene Maria dos Reis Lima”; (ao exame das Comissões Permanentes). Ainda com os Ofícios nºs 66, 71 e 73/2017, o Sr. Prefeito Carlos Nelson Bueno solicitou fossem os Projetos de Lei nºs 104, 107 e 108/2017 apreciados em Regime de Urgência Especial, conforme previsto no Artigo 54 da Lei Orgânica – LOM de Mogi Mirim. Ato contínuo, o Sr. Presidente submeteu à apreciação e votação dos nobres Vereadores os seguintes **REQUERIMENTOS**, hoje endereçados à Mesa (aprovados pela Casa): Requerimento Nº 610/2017 - Assunto: Requeiro ao Sr. Prefeito Municipal, por meio da secretaria municipal competente, informações sobre qual a programação para a abertura da piscina do Tucuruão, para que seja utilizada pela população, bem como quais as propostas de atividades para o local. Autoria: GERALDO VICENTE BERTANHA.



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Requerimento Nº 611/2017 - Assunto: ENCAMINHA AO PREFEITO MUNICIPAL MINUTA DE PROJETO DE LEI QUE INSITUI E REGULAMENTA NORMAS PARA A REALIZAÇÃO DE FESTAS E EVENTOS NO MUNICIPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Aatoria: MARIA HELENA SCUDELER DE BARROS. Requerimento Nº 612/2017 - Assunto: REITERO A INDICAÇÃO 350/2017 QUE SOLICITAVA OPERAÇÃO TAPA BURACOS NA ESQUINA DAS RUAS JOÃO STEVANATO COM A ESTORGIO COELHO, NO PARQUE DO ESTADO II. Aatoria: LUIS ROBERTO TAVARES. Requerimento Nº 613/2017 - Assunto: REITERO A INDICAÇÃO 362/2017 QUE SOLICITAVA OPERAÇÃO TAPA BURACOS NA RUA PASCHOAL MOREIRA C. BANDEIRANTE, NO PARQUE DO ESTADO II. Aatoria: LUIS ROBERTO TAVARES. Requerimento Nº 614/2017 - Assunto: REITERO A INDICAÇÃO 348/2017 QUE SOLICITAVA OPERAÇÃO TAPA BURACOS E LIMPEZA NA RUA JOÃO MISSÁGLIA, NO PARQUE DO ESTADO II. Aatoria: LUIS ROBERTO TAVARES. Requerimento Nº 615/2017 - Assunto: REITERO A INDICAÇÃO 351/2017 QUE SOLICITAVA OPERAÇÃO TAPA BURACOS NA RUA ESTORGIO COELHO, NO PARQUE DO ESTADO II. Aatoria: LUÍS ROBERTO TAVARES. Requerimento Nº 616/2017 - Assunto: Requer audiência pública, para o dia 26 de outubro de 2017, às 17h00, no Plenário da Câmara Municipal para discussão acerca da coleta de lixo, coleta de entulhos, varrição, roçagem de mato e calendário de coleta. Aatoria: CRISTIANO GAIOTO. Requerimento Nº 617/2017 - Assunto: REITERO A INDICAÇÃO 502/2017 QUE SOLICITAVA OPERAÇÃO TAPA BURACOS NA RUA ARNALDO BENTAMARO, NO EUGÊNIO MAZON (CDHU). Aatoria: LUIS ROBERTO TAVARES. Requerimento Nº 618/2017 - Assunto: Requeiro informações do Executivo sobre a imediata manutenção da rede elétrica da UBS Santa Cruz. Aatoria: GERSON LUIZ ROSSI JUNIOR. Requerimento Nº 619/2017 - Assunto: Requeiro audiência



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

pública para o dia 1º de novembro de 2017, às 17h00, no Plenário da Câmara Municipal, para discussão de políticas públicas de prevenção ao uso de drogas e constituição do COMAD, Conselho Municipal de Políticas Públicas Sobre Drogas. Autoria: GERSON LUIZ ROSSI JUNIOR. Requerimento Nº 620/2017 - Assunto: SOLICITO AS OPERADORAS DE BANDA LARGA, EXPANSÃO DA ESTRUTURA DE INTERNET NOS BAIRROS RECANTO DI VERONA E JARDIM REGINA, ANEXO CÓPIA DO ABAIXO ASSINADO DOS MORADORES. Autoria: JORGE SETOGUCHI. Requerimento Nº 621/2017 - Assunto: REQUEIRO AO SR. PREFEITO MUNICIPAL CARLOS NELSON BUENO, INFORMAÇÕES E CRONOGRAMA DE LIMPEZA E VARRIÇÃO DAS RUAS DO MUNICÍPIO DE MOGI MIRIM. Autoria: JORGE SETOGUCHI. Requerimento Nº 622/2017 - Assunto: REQUEIRO AO EXMO. GOVERNADOR GERALDO JOSÉ RODRIGUES ALCKMIN FILHO, A ATUALIZAÇÃO DO REPASSE MENSAL PARA A PARCERIA MANTIDA PARA O DEFICIENTE INTELECTUAL, SEJA NO MÍNIMO, O VALOR DO FUNDEB. Autoria: JORGE SETOGUCHI, ALEXANDRE CINTRA, ANDRÉ ALBEJANTE MAZON, CINOÊ DUZO, CRISTIANO GAIOTO, GERALDO VICENTE BERTANHA, GERSON LUIZ ROSSI JUNIOR, LUIS ROBERTO TAVARES, LUIZ ROBERTO DE SOUZA LEITE, MANOEL EDUARDO PEREIRA DA CRUZ PALOMINO, MARCOS ANTONIO FRANCO, MARIA HELENA SCUDELER DE BARROS, MOACIR GENUARIO, ORIVALDO APARECIDO MAGALHAES, SAMUEL NOGUEIRA CAVALCANTE, SÔNIA REGINA RODRIGUES, TIAGO CÉSAR COSTA. Requerimento Nº 623/2017 - Assunto: REITERO A INDICAÇÃO 995/2017 QUE SOLICITAVA OPERAÇÃO TAPA BURACOS NA RUA VENEZUELA, NO SEAC. Autoria: LUIS ROBERTO TAVARES. Requerimento Nº 624/2017 - Assunto: REQUEIRO AO SR. PREFEITO MUNICIPAL CARLOS NELSON BUENO, INFORMAÇÕES E PROJETOS



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

AUTORIZANDO O ESTACIONAMENTO NO CANTEIRO CENTRAL EM TRECHO DA AVENIDA DA SAUDADE, PRÓXIMO AO VELÓRIO MUNICIPAL. Autoria: JORGE SETOGUCHI. Requerimento Nº 625/2017 - Assunto: Encaminha-se ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, Carlos Nelson Bueno, Minuta de Projeto de Lei, o qual cria o Fundo Municipal de Segurança Pública, no âmbito do Município, e dá outras providências. Autoria: MANOEL EDUARDO PEREIRA DA CRUZ PALOMINO. Na sequência, o Sr. Presidente deu por aprovadas, conforme deliberação do Plenário, as seguintes **INDICAÇÕES** endereçadas ao Sr. Prefeito Municipal: Indicação Nº 1344/2017 - Assunto: Indica ao Sr. Prefeito Municipal, por meio da secretaria competente, que seja organizado em Mogi Mirim um Festival de Fanfarras, considerando a possibilidade de realização no mês de aniversário da cidade. Autoria: GERALDO VICENTE BERTANHA. Indicação Nº 1345/2017 - Assunto: Indica ao Sr. Prefeito Municipal, por meio da secretaria competente, que adote as providências cabíveis para o conserto da calçada da rua Amélia Ferreira Lima, em frente ao nº 95, no bairro Santa Cruz. Autoria: GERALDO VICENTE BERTANHA. Indicação Nº 1346/2017 - Assunto: Indica-se ao Excelentíssimo Senhor Prefeito, Carlos Nelson Bueno: providências para troca de forro, pintura, entre outras necessidades, do refeitório e banheiro da sede do Bombeiro Municipal com urgência. Autoria: MANOEL EDUARDO PEREIRA DA CRUZ PALOMINO. Indicação Nº 1347/2017 - Assunto: Solicita ao Sr. Prefeito Carlos Nelson Bueno que, por meio da Secretaria competente, realize a limpeza geral do Córrego Lavapés, ao longo da Avenida Luiz Gonzaga de Amoêdo Campos. Autoria: LUIZ ROBERTO DE SOUZA LEITE. Indicação Nº 1348/2017 - Assunto: SOLICITO AO EXECUTIVO MUNICIPAL OPERAÇÃO TAPA BURACO NA OLIVIO BORDIGNON, INOCOOP Autoria: MARIA HELENA SCUDELER DE BARROS. Indicação Nº 1349/2017 - Assunto: SOLICITO AO EXECUTIVO MUNICIPAL OPERAÇÃO TAPA BURACO NA AVENIDA



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

DAS AZALEIAS. Autoria: MARIA HELENA SCUDELER DE BARROS. Indicação Nº 1350/2017 - Assunto: INDICO PARA QUE O DEPARTAMENTO COMPETENTE, REALIZE RECAPEAMENTO NA MALHA ASFÁLTICA DA AVENIDA ADELINO BALZANELLO, NO PARQUE DO ESTADO II. Autoria: LUIS ROBERTO TAVARES. Indicação Nº 1351/2017 - Assunto: INDICO PARA QUE O DEPARTAMENTO COMPETENTE, REALIZE OPERAÇÃO TAPA BURACOS NA RUA BENEDITO DIOGO DE OLIVEIRA, NO PARQUE DO ESTADO II. Autoria: LUIS ROBERTO TAVARES. Indicação Nº 1352/2017 - Assunto: SOLICITO AO SR. PREFEITO MUNICIPAL CARLOS NELSON BUENO ATRAVÉS DA SECRETARIA COMPETENTE, PODA DE ÁRVORE NA RUA HERMÍNIO JOSÉ MAZOTTI, LOCALIZADA NO CENTRO. Autoria: JORGE SETOGUCHI. Indicação Nº 1353/2017 - Assunto: SOLICITO AO SR. PREFEITO MUNICIPAL CARLOS NELSON BUENO, ATRAVÉS DA SECRETARIA COMPETENTE, VARRIÇÃO NA RUA HERMÍNIO JOSÉ MASOTTI, LOCALIZADA NO CENTRO. Autoria: JORGE SETOGUCHI. Indicação Nº 1354/2017 - Assunto: SOLICITO AO SR. PREFEITO MUNICIPAL CARLOS NELSON BUENO ATRAVÉS DA SECRETARIA COMPETENTE, MANUTENÇÃO NA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DA RUA PARANÁ, LOCALIZADA NO BAIRRO SAÚDE. Autoria: JORGE SETOGUCHI. Indicação Nº 1355/2017 - Assunto: SOLICITO AO SR. PREFEITO MUNICIPAL CARLOS NELSON BUENO ATRAVÉS DA SECRETARIA COMPETENTE, MANUTENÇÃO NA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DA RUA PREFEITO ANTÔNIO LEITE DO CANTO, LOCALIZADA NO BAIRRO SANTA CRUZ. Autoria: JORGE SETOGUCHI. Indicação Nº 1356/2017 - Assunto: INDICO PARA QUE O DEPARTAMENTO COMPETENTE, REALIZE MELHORIAS NO ESCOAMENTO DE AGUA DA RUA LUIZ GONZAGA JUNIOR, NO JARDIM LINDA CHAIB. Autoria: LUIS ROBERTO TAVARES. Indicação Nº



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

1357/2017 - Assunto: INDICO PARA QUE O DEPARTAMENTO COMPETENTE, REALIZE RECUPERAÇÃO NO MEIO FIO DA RUA NANCY DE CARVALHO PIGOZZI, NO JARDIM PATRÍCIA. Autoria: LUIS ROBERTO TAVARES. Indicação N° 1358/2017 - Assunto: INDICO PARA QUE O DEPARTAMENTO COMPETENTE, REALIZE OPERAÇÃO TAPA BURACOS NA RUA SURUI, NO MOGI MIRIM II. Autoria: LUIS ROBERTO TAVARES. Indicação N° 1359/2017 - Assunto: Indica-se ao Excelentíssimo Prefeito Municipal, Carlos Nelson Bueno: realização de ampla campanha, sobre o crime de abandono de animais e a necessidade de unirmos força no combate a este tipo de crime. Ademais, seja confeccionado placas informativas acerca do assunto e colocadas em locais de maior concentração de animais abandonados, como forma de amenizar os problemas aqui apontados. Autoria: MANOEL EDUARDO PEREIRA DA CRUZ PALOMINO. Indicação N° 1360/2017 - Assunto: Solicito ao Excelentíssimo Prefeito Municipal, Carlos Nelson Bueno: instalação de placas de sinalização, indicando a localização da sede do Programa Bem-Estar Animal a toda população. Autoria: MANOEL EDUARDO PEREIRA DA CRUZ PALOMINO. Indicação N° 1361/2017 - Assunto: Solicita ao Senhor Prefeito Municipal, Carlos Nelson Bueno, estudos junto à Secretaria de Meio Ambiente, para análise das árvores, da espécie Sibipiruna, que se localizam na Praça São José, principalmente, as que ficam em frente à Câmara Municipal. Autoria: CRISTIANO GAIOTO. A seguir, o Senhor Presidente submeteu à apreciação e votação dos nobres Vereadores as seguintes **MOÇÕES**, endereçadas à Mesa (aprovadas pela Casa):
Moção N° 262/2017 - Assunto: MOÇÃO DE CONGRATULAÇÕES E APLAUSOS COM O GRUPO DE CAPOEIRA “OURO BRANCO” PELO BATIZADO OCORRIDO NO ÚLTIMO DIA 24 DE SETEMBRO DE 2017. Autoria: LUIS ROBERTO TAVARES. Moção N° 263/2017 - Assunto: MOÇÃO DE PESAR, COM UM MINUTO DE SILÊNCIO, PELO FALECIMENTO DO



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

SENHOR MASSAMI YOSHINO, OCORRIDO NO DIA 23 DE SETEMBRO DE 2017. A autoria: JORGE SETOGUCHI. A seguir, o Sr. Presidente colocou à disposição dos Srs. Vereadores a seguinte **CORRESPONDÊNCIA**: Ofícios n.ºs. 1045, 1046, 1047, 1048, 1049, 1050, 1051, 1052, 1053, 1055, 1057, 1059, 1060, 1062, datados de 25, 26 e 28 de setembro de 2017, todos subscritos pelo Chefe de Gabinete do Prefeito Municipal, José Augusto Francisco Urbini, respectivamente, respondendo a respeito do Requerimento n.º 581/2017; Indicação n.º 1271/2017; Requerimento n.º 548/2017; Requerimento n.º 479/2017; Requerimento n.º 252/2017; Indicação n.º 202/2017; Indicação n.º 577/2017; Indicação n.º 336/2017; Indicação n.º 197/2017; Indicação n.º 341/2017; Requerimento n.º 585/2017; Indicação n.º 1023/2017; Requerimento n.º 580/2017; Requerimento n.º 516/2017, desta Editalidade; (arquite-se, após dar ciência aos Senhores Vereadores interessados). Não havendo mais proposituras, ou quaisquer outros documentos, para serem levados ao conhecimento do Plenário, o Sr. Presidente facultou o uso da palavra no “Expediente”, anunciando os oradores inscritos, conforme § 6º, do Artigo 111, do Regimento Interno. Como os primeiros inscritos, Vereadores Orivaldo Aparecido Magalhães e Samuel Nogueira Cavalcante, desistissem da palavra, ocupou lugar, na tribuna, a Vereadora Sônia Regina Rodrigues. A vereadora proferiu um discurso de gratidão, pela realização de um sonho, que tinha, o da castração gratuita dos animais da população carente, especialmente, animais de estimação dos moradores de rua, e agradeceu, principalmente, ao Vereador André Albejante Mazon, que, ao seu lado, tinha “abraçado a causa”. A vereadora explicou que realizara a ação, em conjunto com a iniciativa privada e ONG Associação VIDA, inicialmente, nos bairros Jardim Planalto e Residencial Floresta; que fora aos bairros, sem alarde, durante a semana, e fizera um cadastramento prévio dos animais e seus proprietários, na tentativa de bem escolher somente os animais sob risco de procriação desgovernada e doenças; que a ação perdurara das 7 horas, da manhã, até às 16 horas, pela tarde, e



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

o resultado fora cem por cento positivo; que ela buscara saber dos animais, no dia seguinte, e todos estavam passando bem, mostrando o sucesso da castração, que ela esperava mais pessoas apoiassem tal ação, porque ela desejava levar a castração gratuita para outros bairros, tais como, o Horto Vergel e o Parque das Laranjeiras, na tentativa de reduzir a população de animais, que não eram castrados, em Mogi Mirim, e que, este era antigo desejo do seu coração. Para concluir, a vereadora agradeceu, novamente, ao Vereador André Mazon, à ONG VIDA, à ONG Recanto de Patinhas e a todos os que tinham apoiado a ideia, e sublinhou, que ela estava muito satisfeita, com toda a ação. O próximo orador foi o Vereador Tiago César Costa. O vereador discursou sobre o Projeto de Lei Complementar nº 09/2017, do Prefeito de Mogi Mirim, Carlos Nelson Bueno, dispendo sobre a atualização dos valores imobiliários do Município de Mogi Mirim e estabelecendo, para efeito de apuração do Valor Venal de imóveis urbanos e da base de cálculo do IPTU, a contar do Exercício de 2018, os valores do metro quadrado de terreno. Ele explicou que a matéria visava à revisão da Planta Genérica de Valores Imobiliários do Município e o aumento do IPTU de alguns loteamentos, alguns, inclusive, de cunho social, não somente os de alto padrão; que os jornais O Popular e A Comarca haviam publicado que o projeto fora apresentado para “combater injustiças sociais”; que isto era o que estava sendo publicado e “plantado”, pela administração, mas existiam loteamentos de cunho social, no rol da revisão, os quais sequer tinham sido concluídos ainda, tais como, por exemplo, o Parque dos Franciscanos e o Residencial Boa Vista, este último, voltado para a classe social de baixa renda, bem como citou outros, em outra região, tais como, os condomínios Santa Mônica e Santa Úrsula, na zona leste, também inclusos, no projeto, para a revisão IPTU, e questionou, enfim, por que os loteamentos Morro Vermelho I e II não estavam na proposta, conjecturando se o motivo seria, porque tais loteamentos eram de propriedade da esposa do Prefeito Carlos Nelson Bueno; que, se o prefeito desejava voto



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

a favor do projeto e “combater injustiças sociais”, que colocasse os condomínios Morro Vermelho I e II para revisão, no projeto, e mais, disse que se o prefeito desejava fazer “justiça social”, que parasse de plantar mandioca, na frente do Residencial Jequitibás, numa área que não recolhia IPTU, área de cento e trinta e três mil metros quadrados, pertencente à empresa da esposa e do filho do prefeito, estimada em quinze milhões de reais, haja vista que o IPTU não incidia sobre a propriedade de imóvel, localizado em área urbana, utilizada para atividade rural; que o prefeito deveria deixar de pagar o Imposto Territorial Rural (ITR) e de plantar mandioca e começar a recolher IPTU, para o município de Mogi Mirim; que ele iria pesquisar, para saber sobre a citada área do prefeito, se na área havia produção, para a agricultura, realmente; que a “justiça social” se daria, a partir do momento, em que o prefeito incluísse os condomínios Morro Vermelho I e II, no projeto de revisão da planta genérica; que não estava nascendo nenhuma “bancada da demagogia”, na Câmara, como ele escutara, pela cidade, porque ninguém era “comprado”, para falar bem do prefeito, haja vista que a demagogia estava, em esconder os fatos, e ele era vereador, na Casa, para trazer à tona os verdadeiros fatos, que aconteciam no município de Mogi Mirim; que, certamente, Carlos Nelson Bueno começara a cumprir acórdãos feitos na Casa de Leis e, no momento certo, ele traria os acordos, que estavam sendo costurados, para viabilizar a nova bancada de Carlos Nelson Bueno, na Câmara; que ele não tinha medo da verdade, porque, aqueles que usavam da verdade, como ele, não a temiam, mas havia outros, que criavam artifícios, criavam dificuldades, para vender suas facilidades; que ele buscaria justiça e verdade e na Câmara haveria legislador e fiscalizador, de verdade; que ele jamais se curvaria a um sistema corrupto, que se o prefeito desejava a aprovação do projeto, que ele revisse a matéria, e ele, orador, talvez votasse favorável, e que, se acreditavam que ele “pegava pesado”, que o representassem, no Código de Ética Parlamentar, tentassem, ao menos. Como o próximo orador inscrito, Vereador



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Alexandre Cintra, desistisse da palavra, ocupou lugar, na tribuna, o Vereador André Albejante Mazon. Ele iniciou, fazendo suas as palavras proferidas pelo Vereador Tiago Costa, porque tinha o mesmo questionamento do colega: por que os Condomínios Morro Vermelho I e II não estavam inclusos, no projeto de revisão da planta genérica de valores imobiliários? Relatou que fora até imobiliárias e constatara o preço do metro quadrado de todos os loteamentos de alto padrão da região; que o metro quadrado do Condomínio Residencial Morro do Sol valia seiscentos e dezessete reais; que o metro quadrado do Loteamento Reserva da Mata era de quatrocentos e trinta reais; que o metro quadrado do Residencial do Bosque custava quatrocentos e trinta reais; que todos os citados estavam na mesma região, que os Condomínios Morro Vermelho I e II; que o metro quadrado do Morro Vermelho II valia quinhentos e cinquenta reais, um padrão um pouco abaixo do Condomínio Morro do Sol, e teria o IPTU mais barato de todos; que ele fora à imobiliária responsável pela venda do Morro Vermelho II e obtivera a informação, de que mais de cinquenta por cento dos lotes não tinham sido comercializados, logo, o reajuste beneficiaria, diretamente, o bolso da família do prefeito e questionou, se não seria este, o motivo da exclusão dos condomínios Morro Vermelho I e II, do projeto lido; que cinquenta por cento dos lotes do Morro Vermelho II ainda eram de propriedade da família do prefeito e perguntou se o prefeito iria reajustar todos os loteamentos, ao redor do Morro Vermelho I e II, e estes, não, justamente, reajustes que atacariam o bolso da família do prefeito, que o mínimo de decência seria o Prefeito retirar a matéria, a fim de a refazer, para somente depois, colocá-la, novamente, para apresentação, na Casa, contendo um estudo sério e o valor digno, para todos os loteamentos, inclusive, os que pertenciam à empresa do prefeito e de seus familiares, e que, se a Casa fosse favorável a isto, ele nem teria mais o que falar, pois seria o fim da dignidade da Casa de Leis. Sobre outro assunto, para falar de coisas boas, parabenizou a Vereadora Sônia, bem como a ONG VIDA,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

pela castração gratuita de animais, que acontecera durante o final de semana, disse que o sonho de tal castração era seu também, pois ele ainda não trabalhara, na cidade, haja vista que o Conselho Regional de Medicina Veterinária - CRMV não o autorizava trabalhar na esfera privada, mas, graças ao trabalho da vereadora e da ONG VIDA, ele pudera unir forças, buscar parceiros privados, o sonho se viabilizara e ele conseguira colocar o Castra Móvel, para trabalhar, em Mogi Mirim. Para concluir, disse à Vereadora Sônia que, se dependesse dele, o número de castrações só iria aumentar. O próximo orador foi o Vereador Cinoê Duzo, que também versou sobre o Projeto de Lei Complementar nº 09/2017, do Prefeito de Mogi Mirim, Carlos Nelson Bueno, dispendo sobre a atualização dos valores imobiliários do município e revisão da planta genérica, de dez por cento dos imóveis da cidade, projeto mais conhecido, como aumento do IPTU, conforme fora exposto, nos jornais. Afirmou que a fala do prefeito, para defender o projeto, era o mesmo discurso, que ele tinha utilizado, no seu última mandato, haja vista que o prefeito utilizara o Facebook Oficial da Prefeitura, com apelo social, “que de social nada tinha”; que o prefeito vinha maquiagem e usar o Parque das Laranjeiras, como desculpa, novamente, porque, se o prefeito tinha aumentado o IPTU, em sua última gestão, o vereador perguntava, então, por que ele não tinha feito a infraestrutura, todo o asfaltamento do Parque das Laranjeiras, respondendo, ele mesmo, porque tinha sido uma mentira, uma “maquiagem”; que, agora, o prefeito vinha com “nova balela”, que era “uma pegadinha”, pois ficava repetindo, que sua prioridade era asfaltar o Parque das Laranjeiras; que prioridade era uma coisa e realizar era outra, bem diferente; que, em duas administrações, o prefeito nada fizera; que ele tinha aumentado o IPTU, no passado, com o mesmo discurso, ou seja, o de fazer ação social, o de ser justo e disse que o prefeito não sabia o que significava a palavra justo; que, uma vez reajustado o IPTU, ele, orador, duvidava que algo fosse feito de positivo, no Parque das Laranjeiras; que as promessas do prefeito eram vazias; que era absurdo



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

aumentar o IPTU, uma vez que a tarifa de água já tinha sido majorada, em dez por cento, e a tarifa de energia subia todos os meses, sem critérios; que era impossível falar, em “justiça social”, sem incluir os Residenciais Morro Vermelho I e II, no Projeto de Revisão da Planta Genérica; que, mesmo se fossem inclusos, tais residenciais, ele, orador, votaria contra o aumento do IPTU; que, em 2010, Carlos Nelson tinha aumentado o IPTU, mediante tais desculpas, e nada realizara, não cumpria as promessas, as quais teriam sido apenas “estorinhas”; que o prefeito estava maquiando a situação, para conseguir seus intentos; que o prefeito estava magoado, porque perdera a votação de suas contas, na Casa, por onze votos contra seis, e iria perder, novamente, a votação do IPTU também, porque ninguém, em sã consciência, iria aumentar o IPTU, para “fazer justiça social”, enquanto que, nos imóveis do prefeito, Residenciais Morro Vermelho I e II, nenhum aumento ocorreria, mas, nos residenciais populares Santa Mônica, Santa Úrsula e outros, sim, e lembrou que estes últimos já tinham sido atualizados, no passado; que sempre era o povo, quem “pagava a conta”, que ele não votaria favorável ao Projeto de Revisão da Planta Genérica, de modo algum, e que, o “Vereador Cinoê votaria contra o aumento do IPTU”. O próximo orador foi o Vereador Cristiano Gaioto. Ele, de início, parabenizou a Vereadora Sônia Regina, de quem tinha “grande orgulho”, bem como, o Vereador André, pelas castrações gratuitas, que tinham sido realizadas, no último final de semana, e disse que a população precisava de projetos a ela voltados e sem custos. Na sequência, anunciou que estava feliz, pela conquista de um laboratório para a ETEC Pedro Ferreira Alves, relatando ter estado, na cidade de São Paulo, há quarenta dias, juntamente, com o Diretor da ETEC, André, solicitando ao deputado Aldo Demarchi, que intercedesse junto ao Governo de São Paulo, para a conquista dos equipamentos do laboratório, os quais beneficiariam Mogi Mirim e região. Explicou, que o EtecLab era um Laboratório de Criatividade e proporcionaria à população mogimiriana e da região, projetos desenvolvidos única e exclusivamente, em



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

prol da comunidade e de forma gratuita, tais como, por exemplo, a automação de cadeiras de rodas. Informou, que os equipamentos logo começariam a chegar à escola, agradeceu ao deputado Demarchi e aproveitou o ensejo, para parabenizar ao diretor da ETEC, André, porque, desde que assumira o cargo, ele fazia “uma revolução na ETEC”, bem como parabenizou também, o Grêmio Estudantil da ETEC, porque era bastante atuante. Depois, falou sobre audiência pública, que ele propusera, para o dia 26 de outubro de 2017, às 17h00, no Plenário da Câmara Municipal, a fim da discussão acerca da coleta de lixo, coleta de entulhos, varrição, roçagem de mato e calendário de coleta. Aclarou, que era imperioso discutir, como fazer o calendário de coleta de entulhos, e que ele já tentara a implantação de “ecopontos”, pela cidade, mas que a ideia tinha estacionado, sendo necessário retornar ao assunto, junto com a população, razão pela qual ele apresentara o requerimento, pedindo a audiência, agradecendo, por fim, a aprovação de sua iniciativa. O próximo orador foi o Vereador Geraldo Vicente Bertanha, que, desde logo, cumprimentou o Vereador Cristiano Gaioto, pela conquista do ETECLab. Na sequência, relatou visita que fizera à Secretaria Estadual do Trabalho, onde fora receber alguns equipamentos, para o Posto de Auxílio ao Trabalhador - PAT de Mogi Mirim, ocasião, em que tivera a honra, de usar a palavra, em tribuna, representando os vereadores, que tinham estado presentes, naquele evento. Registrou que, na oportunidade, tinha dito que os vereadores do Brasil precisavam deixar de serem assistencialistas, haja vista que, todos os dias, pessoas vinham até os vereadores, empossando currículos e pedindo empregos, algo, que não era a real função da vereança, aclarando que, para tais finalidades, existia o PAT; que o caminho correto era o que tinha percorrido o Vereador Cristiano Gaioto, ou seja, o de buscar recursos, para profissionalizar os jovens da cidade; que ele, orador, estava intermediando, junto à Secretaria do Trabalho, e realizando, na cidade, o quinto curso profissionalizante; que, junto ao CEBE, trinta alunos estavam participando de aulas de



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Técnicas em Vendas, jovens que, depois, certamente, seriam utilizados, pelo comércio da cidade; que, no dia seguinte, seria realizada cerimônia de entrega de sessenta certificados, de conclusão de curso profissionalizante, no ICA, com a presença do Secretário de Estado do Trabalho, José Ribeiro, que ele fizera o convite a todos os vereadores, via Whastapp, para estarem presentes á cerimônia, e que, ele e seu partido estavam tentando recolocar pessoas, no mercado trabalho, e ele supunha, então, fosse este mesmo o caminho, ou seja, o de dar ferramentas aos jovens, para que, com os próprios meios e recursos, buscassem se integrar, no mercado trabalho, sem uso de assistencialismo. Registrou ainda, a presença, nas galerias, do Coronel Vanderlei de Oliveira, que fora candidato a prefeito, nas últimas eleições, e o parabenizou, por sempre acompanhar os trabalhos da Edilidade Mogimiriana. Para encerrar, cumprimentou o Secretário Municipal de Cultura, Marcos Dias dos Santos, pela realização de mais um evento denominado Domingo do Samba, no Teatro de Arena, que tinha sido excelente e ocorrera, sem qualquer intervenção policial, totalmente familiar. O próximo orador foi o Vereador Gérson Luiz Rossi Júnior. Ele iniciou, mencionando a audiência pública, que realizara, na última quarta-feira, para discussão acerca da implantação, ou reativação do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - COMSEA e do Banco de Alimentos, sobre a política mundial de erradicação da fome e ainda, sobre o desperdício de alimentos. Agradeceu a presença, na audiência, dos Vereadores Jorge Setoguchi e Geraldo Bertanha e da assessora do Vereador Alexandre Cintra, Dina Bovelone, classificando o evento, como muito produtivo, ocasião quando tinham sido traçados planos e metas a serem executados, ao longo do tempo. Depois, mencionou a aprovação de requerimento, na data, para a realização de nova audiência pública, esta, para a discussão sobre uma política municipal antidrogas e constituição do COMAD, Conselho Municipal de Políticas Públicas Sobre Drogas, afirmando, que era sempre importante utilizar a Câmara para, junto ao Poder Executivo e à sociedade



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

civil, discutir políticas públicas municipais. Aclarou, que as políticas de educação e saúde já estavam consolidadas, nos três níveis – municipal, estadual e federal, numa discussão bem-feita e realizada, em todos os âmbitos, porém, destacou que algumas políticas ficavam às margens e precisavam ser trazidas à tona, para debate, logo, fazia a proposta da audiência, para discussão de uma política pública relativa às drogas, no dia 1º de novembro do corrente ano. Explicou ainda, que havia lei, criando o conselho relativo, mas que este não estava ativo; que a audiência vinha, na tentativa de trazer os membros do Poder Executivo e entender as dificuldades e o porquê da não nomeação de um conselho tão importante, haja vista que a sociedade civil estava muito atuante, uma rede formada, por pessoas de bem, que desenvolviam um trabalho que ia, desde os grupos de ajuda, até às entidades de acolhida, e que, era necessário, portanto, junto ao Poder Executivo, traçar um plano municipal. Prosseguindo, o vereador ressaltou requerimento, que tinha apresentado, solicitando informações do Executivo, sobre a imediata manutenção da rede elétrica da UBS Santa Cruz, explicando, igualmente, que já solicitara, anteriormente, inclusive, orçamento e custos, objetivando buscar parcerias, pois, “graças a Deus”, a iniciativa privada vinha ajudando a municipalidade. Afirmou, que nem sempre o Poder Público podia fazer as coisas, de imediato, e que, agora, requeria informações, porque já detinha notícia, que vacinas tinham se perdido, por causa das panes elétricas, na UBS da Santa Cruz. Comunicou que, na próxima quarta-feira, a Comissão de Justiça e Redação – CJR estaria reunida e daria início às discussões acerca do Projeto de Revisão da Planta Genérica de Valores Imobiliários da cidade, um “projeto polêmico”, mas que precisa de discussão, “com seriedade e transparência”, e convidou os membros das demais comissões, para que se fizessem presentes, na mesma reunião, a fim de um diálogo integrado. Mencionou ainda, que havia sido dado entrada, na Casa, através de sua leitura, do projeto de lei do Orçamento Municipal, para o próximo exercício, o de 2018, registrando o vereador, que a Câmara estava com as três peças



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

orçamentárias, em análise, o PPA, a LDO e LOA, logo, afirmava o quanto era importante, nos últimos três meses, do ano de 2017, ter consciência da responsabilidade da vereança, para analisar e votar tais peças, bem como, a revisão da Planta Genérica de Valores Imobiliários. Ato contínuo, o Senhor Presidente da Câmara, Vereador Jorge Setoguchi, solicitou ao 1º Vice-Presidente, Vereador Luís Roberto Tavares, que ocupasse a direção dos trabalhos. O Senhor 1º Vice-Presidente ocupou a direção da Mesa e facultou o uso da palavra, ao Vereador Jorge Setoguchi. O vereador, de início, registrou a presença, nas galerias, do Coronel Vanderlei Oliveira. Depois, comentou a respeito de requerimento, de sua autoria, assinado por todos os vereadores, endereçado ao Governador Geraldo José Rodrigues Alckmin Filho, solicitando-lhe, que a atualização do repasse mensal, para a parceria mantida, para o deficiente intelectual, fosse, no mínimo, o valor do FUNDEB. E leu o texto do requerimento, na íntegra, assim redigido: “considerando que a educação se constitui direito da pessoa com deficiência e é dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação, nos termos da Lei 13.146/2015; considerando a relevância da parceria mantida, entre a Secretaria do Estado da Educação e a APAE de Mogi Mirim, para efetivação do serviço de educação especial, para noventa e oito pessoas com deficiência intelectual e autismo, que não podem se beneficiar da rede regular de ensino; considerando que as escolas da rede regular não estão preparadas, para receber alunos com deficiência intelectual severa, deficiência múltipla e autismo; considerando que a interrupção desse serviço prejudicará diretamente os alunos e seus familiares, já que o serviço é direcionado às pessoas com deficiência, com orientação e apoio às suas famílias; considerando que a atualização do valor, atualmente, repassado, de R\$ 291,00 (duzentos e noventa e um reais), por mês, é medida necessária, para que o direito de mais vinte mil pessoas com deficiência intelectual,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

em todo o Estado de São Paulo, continue sendo garantido; considerando que o valor acima citado é o mesmo, desde 2014, determinando, assim, que as entidades parcerias suportassem a maior parte do custo do serviço; considerando que anúncio do governo, de atualização de 6,28%, não atende, minimamente, às necessidades das instituições parcerias; requer a atenção do Poder Executivo, a fim de que atualize o valor, atualmente, praticado, de forma que o repasse mensal, para a parceria mantida, para o deficiente intelectual, seja, no mínimo, o valor do FUNDEB, que atualmente, é de R\$ 358,69 (trezentos e cinquenta e oito reais e sessenta e nove centavos), assegurando, assim, o direito à educação de dezenas de milhares de alunos, com deficiência intelectual; na Sala das Sessões “Vereador Santo Rótoli”, em 02 de outubro de 2017; pelo Presidente da Câmara, Jorge Setoguchi, e demais vereadores da Décima Sétima Legislatura”. Após a leitura, o Vereador Jorge agradeceu aos coassinatários e mencionou ainda, requerimento que propusera, solicitando ao Prefeito Municipal Carlos Nelson Bueno, informações e projetos, autorizando o estacionamento, no canteiro central, em certo trecho da Avenida da Saudade, próximo ao Velório Municipal. Por fim, parabenizou o Vereador Gérson Rossi Junior, pela audiência pública acerca do COMSEA. O próximo orador foi o Vereador Luís Roberto Tavares. Ele cumprimentou a todos, especialmente, o Coronel Vanderlei Oliveira, presente, nas galerias. Na sequência, discursou sobre as várias reclamações, que eram publicadas, em várias postagens, na rede social Facebook, precisamente, a respeito do serviço de ambulâncias, vinculando-o, com uma morte, ocorrida, na data, na cidade, justamente, pela demora no atendimento. Disse, que os vereadores poderiam, no mínimo, solicitar a presença dos responsáveis pelo serviço, tanto da Secretaria da Saúde, quanto do SAMU, na Casa, para explicações, haja vista as várias reclamações a respeito do sistema de atendimento emergencial, que deveria ser mais rápido e simplificado, e que, gostaria da opinião dos demais vereadores a respeito da sugestão. Sobre o projeto de lei



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

complementar, objetivando a revisão da Planta Genérica de Valores Imobiliários do Município, que levava a um aumento, no IPTU, de dez por cento da população, o vereador salientou que a matéria requeria “estudos pormenorizados”, com responsabilidade, porque ele concordava com a “justiça social” proposta, mas, “injustiças ele não faria”. Afirmou que tivera conhecimento prévio da matéria, por isso, sabia que os condomínios Santa Úrsula e Santa Mônica estavam inclusos, na revisão, bem como tivera conhecimento de outros condomínios, os quais deveriam estar inclusos, no projeto, mas não estavam, logo, era necessário discutir melhor a proposta. Destacou, enfim, que estaria na reunião das comissões, para estudo do assunto. Narrou ainda, ter solicitado, ao Secretário de Meio Ambiente, autorização para que ele e um grupo específico, pudessem fazer o plantio de duzentas e quarenta e nove mudas de árvores, em comemoração aos duzentos e quarenta e nove anos de fundação da cidade de Mogi Mirim, efeméride do dia 22 de outubro, que o plantio teria lugar, numa nascente, existente no Bairro Linda Chaib, e que, o propósito era o de beneficiar “uma área ociosa e uma nascente tão importante”, apelidada “Nascente da Borboleta”, a qual, em virtude das queimadas, estava se perdendo. Lembrou, que o Vereador Alexandre Cintra tinha feito requerimento, ao prefeito, sobre o assunto, e afirmou que fazia parte de um grupo apto a executar o plantio, logo, sugeria “unir o útil ao agradável”. Registrou também, moção de aplausos que assinara, para com o Grupo de Capoeira Ouro Branco, pelo batizado de capoeira, com troca de cinquenta cordões, ocorrido no último dia 24 de setembro de 2017, no CAIC. Parabenizou e se congratulou com o Mestre Dio e seus professores, Donizete e Valtinho, e com o Presidente da Associação de Moradores dos Bairros Mogi Mirim II e Jardim Europa, senhor João Romano. Citava o batizado, em memória do falecido Mestre Celso, idealizador da capoeira Ouro Branco, de Mogi Mirim, precursor do jogo de capoeira, na zona leste da cidade, pessoa que tinha deixado muitos discípulos, entre esses, Mestre Diu. Para concluir,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

comunicou que pretendia realizar uma reunião da Comissão de Acompanhamento da Regularização de Loteamentos, durante a semana, em curso, para discussões, em torno do loteamento irregular Bulgarelli. O próximo orador foi o Vereador Marcos Antônio Franco. O Vereador cumprimentou todos os presentes e, sem mais delongas, colocou, no ar, pelo sistema de som da Câmara, uma gravação, um áudio, oriundo da Central de Atendimento Regional do SAMU, classificando-o de “assunto grave”. A gravação continha áudio, do atendimento realizado, pelo médico responsável pelo SAMU, com muitas palavras de baixo calão, proferidas pelo médico, para um munícipe, pessoa que chamara a ambulância do serviço, para atendimento de uma vítima, mulher, que ficara desacordada, em virtude de um acidente de carro, ocorrido no cruzamento das Ruas Conde de Parnaíba e Paissandú, na zona central, de Mogi Mirim. Finda a execução do áudio o vereador explicou que, de fato, o acidente envolvendo a mulher, ocorrera, em Mogi Mirim, pela manhã; que um munícipe havia feito a ligação telefônica ao número 192 – Central SAMU; que a central de atendimento dos acidentes da região – Mogi Mirim, Estiva Gerbi, Itapira e Mogi Guaçu, se localizava, em Mogi Guaçu, e, depois da triagem inicial, eram acionadas ambulâncias, para Mogi Mirim e outras cidades; que o nome do médico, cuja voz estava, no áudio, era Ricardo Franco, da Regulação da Base do SAMU da Baixa Mogiana, pessoa que tinha feito o primeiro procedimento; que ele pedia ao munícipes, que escutassem a voz do médico do 192, para que concluíssem, “na mão de quem estava a saúde de emergência”, em Mogi Mirim, e estabeleceu que, por falta de atendimento, a vítima mulher tinha falecido; que um médico, ao se formar, prestava um juramento, o de atender todos os que precisassem, fossem esses bandidos, ou pessoas de bem; que ele esperava ninguém precisasse do atendimento do SAMU; que o problema não era o governo, então, mas o mau profissional, logo, o assunto precisava ser investigado; que ele estiveram, na oficina de veículos, juntamente, com o Vereador Tiago Costa, naquele dia; que depois disso, eles tinham ido



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

até o SAMU e constatado, então, que havia uma única ambulância à disposição, a Ambulância Avançada, veículo especial, destinado a atender casos graves, casos de infartados e acidentes vasculares cerebrais – AVCs, existindo apenas uma única dessas, na cidade, mas que, ela estava sendo utilizada, para “todos os serviços”, para ocorrências, no “meio do mato”, ou para a remoção de pacientes, que se dirigiam às cidades de Jaú e São Paulo, ficando, então, a cidade de Mogi Mirim “a descoberto”, e que, era “melhor rezar, para não precisar de ambulância”. A próxima oradora foi a Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros. A vereadora cumprimentou o Vereador Marcos Antônio Franco, pela denúncia feita, na Casa, e pelas colocações, as quais eram “muito sérias”. Lembrou a todos, que a Secretária Municipal de Saúde, Dra. Rosemary Silva, estava presente, na Casa, nas galerias, logo, ela tinha escutado a gravação e a oradora disse, então, que, certamente, a secretária, diante do exposto, iria redobrar a preocupação, para com o SAMU, na futura UPA 24 horas, a ser inaugurada. Falou que a questão era extremamente importante e acentuou, para que fosse redobrada a atenção, no funcionamento da nova UPA 24 horas, na zona leste, o qual dependeria, diretamente, de um bom atendimento do SAMU. Depois, a vereadora versou sobre o Projeto de Revisão da Planta Genérica de Valores Imobiliários de Mogi Mirim e disse, que tinha estado presente, na reunião, com a Secretária Municipal de Planejamento, Paula Zeferino, quando da exposição do assunto. Narrou, que conseguira prestar atenção; que fora rever o que a secretária tinha colocado aos vereadores; que era necessário, neste ponto, acentuar que, do total dos vereadores, da atual legislatura, cinco desses – Cinoê Duzo, Manoel Palomino, Jorge Setoguchi, Luís Roberto Tavares e ela, oradora, tinham sido vereadores, na legislatura anterior; que o Plano Diretor, que tinha sido apresentado, pela então administração Gustavo Stupp, estava refletindo, agora, diretamente, na apresentação da nova planta genérica de valores, proposta para 2017; que, dos cinco citados, com exceção do Vereador Manoel Palomino, os demais quatro



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

havia votado, contrariamente, àquela proposta de plano diretor, apresentada pela administração Gustavo Stupp, em 2015, porque a expansão urbana de perímetro rural, para urbano, tinha sido “chocante”; que existia, atualmente, grande quantidade de empreendimentos imobiliários, que ainda estavam cadastrados, na terra de origem; que ela reafirmava o compromisso, enquanto Presidente de Comissão, de agendar reuniões, a fim de discutirem o assunto, mas, verdade era, que os vereadores precisavam saber, realmente, quanto custava o metro quadrado da cidade de Mogi Mirim; que ela citava, então, o relatório, dado pela secretária Paula Zeferino, na reunião de exposição do projeto, portanto, era imperativo aos vereadores saber, que, atualmente, o metro quadrado do Residencial Morro do Sol, com quatrocentos e setenta e três lotes, metragem mínima, de 300m², alto padrão, valia R\$ 26,38 (vinte e seis reais e trinta e oito centavos) e pediu aos demais vereadores, que fizessem as contas, de quanto estava custando tal IPTU, tido como de alto padrão; que a proposta, contida no projeto, era a de que o Residencial do Bosque fosse ao valor de R\$ 87,94, o m²; o Residencial Morro Vermelho I, para R\$ 292,59, o m²; o Residencial Morro Vermelho II, para R\$ 211,05, o m²; o Condomínio Residencial Jequitibás, para R\$ 211,05, o m²; que a proposta do senhor prefeito, para o Morro do Sol, era a mesma, que para o Residencial Jequitibás, ou seja, a de R\$ 211,05, o m²; que os vereadores deveriam entender, então, a necessidade de se ter dinheiro, no erário, para obras de infraestrutura, porque, como ela já dissera, a expansão do perímetro tinha sido “violenta”; que não era justo o preço do metro quadrado do Morro do Sol, a R\$ 26,38; que toda a discussão estava aberta, que ela também entendia a questão dos empreendimentos de interesse social, a qual deveria ser ponderada, e que, todos os vereadores teriam que se envolver, ter responsabilidade e saber quanto custava o valor do metro quadrado, na cidade de Mogi Mirim. Como o próximo inscrito, Vereador Moacir Genuario, desistisse da palavra, ocupou lugar, na tribuna, Questão de Ordem, o Vereador Geraldo Bertanha, Líder do Governo, na Câmara, o



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

qual, diante da grave denúncia feita sobre o atendimento do SAMU, diante da presença da Secretária de Saúde, Dra. Rosemary Silva, na Câmara, acompanhando a sessão, solicitou fosse aberto espaço, para que a gestora da saúde utilizasse da tribuna e se manifestasse sobre o caso, durante o intervalo regimental da Ordem do Dia, pedido que foi submetido a votação, pelo Presidente, e aprovado, unanimemente, pelo plenário. Não havendo mais oradores inscritos, o Sr. Presidente suspendeu a Sessão, às 19h56, conforme o disposto no Artigo 105, da Resolução nº 276/2010 (Regimento Interno vigente). Decorrido o interstício regimental, a que se refere o citado dispositivo, e depois de nova chamada nominal dos Srs. Vereadores, conforme o disposto no Artigo 112, § 1º, da já citada Resolução, ao fim da qual se constatou a totalidade dos membros da Casa, o Sr. Presidente deu por iniciados os trabalhos da "**ORDEM DO DIA**", submetendo à apreciação da Casa, o que segue: **EM TURNO ÚNICO: “ex-vi” do disposto no § 1º, inciso I, do Artigo 171 do Regimento Interno: 1.** Projeto de Lei nº 90, de 2017, de autoria do Prefeito Municipal, “autorizando a Empresa Felmath Indústria e Comércio de Produtos Alimentícios Ltda. a locar imóvel objeto da licitação autorizada pela Lei Municipal nº 5.003/2010”. Pareceres das Comissões de Justiça e Redação; Exames de Assuntos Industriais e Comerciais; Obras, Serviços Públicos e Atividades Privadas e de Finanças e Orçamento. Para discutir a matéria, fez uso da palavra o Vereador Gérson Luiz Rossi Júnior. Ele aclarou, que se tratava se solicitação de autorização, para que a empresa pudesse locar imóvel a outra empresa, da Felmath, para a Cortag; que, na legislação de doação, venda e alienação de imóveis, para indústrias, constava tal condição, o gravame, de que qualquer tipo de comercialização, ou locação, ou venda devesse passar, necessariamente, por autorização legislativa; que ele já discursara, anteriormente, em tribuna, colocando sua posição, crendo desnecessária a autorização, passado tanto tempo da doação e cumpridas todas as exigências, por parte da empresa beneficiada, e sendo empresa consolidada, em pleno



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

funcionamento, todavia, entendia ser a norma da lei, datada de 2010, e a autorização não poderia ser dispensada, constando, inclusive, no contrato de compra e venda, com o município, que, por outro lado, era bom também, ter conhecimento de como estava sendo feita a utilização dos imóveis e entender a movimentação, do setor industrial do município, e que, o parecer da Comissão de Justiça e Redação – CJR era favorável ao projeto de lei. Também comentou a matéria a nobre edil Maria Helena Scudeler de Barros. Ela registrou que estivera vereadora, quando a empresa Cortag iniciara sua produção industrial; que ela fazia questão, então, de reiterar o discurso que proferira, naquela ocasião, ou seja, o de que a Cortag era uma das empresas, que mais crescia em Mogi Mirim, na atualidade, e, portanto, ela cumprimentava o senhor Carlos Guardia, empresário, proprietária da Cortag, porque ele, mais uma vez, ao locar a área, estaria ampliando sua empresa, explicando ainda, que a área a ser locada era de propriedade do senhor Nilson Higino, localizada na principal avenida do complexo industrial Caetano Schincariol; que a Cortag ficava na Avenida Rainha, que a Cortag já ocupava várias áreas do complexo industrial, e que, a Comissão de Finanças e Orçamento – CFO não vira dificuldades, em concordar com a locação, já que a lei exigia a autorização legislativa; (submetido a votos, em sessão de hoje, a Câmara aprovou, Turno Único, unanimemente, o Projeto de Lei nº 90/2017, do Prefeito Carlos Nelson Bueno); (à sanção do Prefeito de Mogi Mirim); **2.** Projeto de Lei nº 101, de 2017, de autoria do Prefeito Municipal, “dispondo sobre a Criação do Fundo Municipal dos Direitos da Mulher”. Pareceres das Comissões de Justiça e Redação; Educação, Saúde e Assistência Social e de Finanças e Orçamento. Fez uso da palavra a Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros. Ela aclarou que o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – CMDM tinha sido totalmente reestruturado, em 2016; que a então vereadora Dayane Amaro tinha se envolvido, diretamente, com o assunto, resultando numa nova nomeação do CMDM, através de portaria, do Prefeito Carlos Nelson Bueno, em 2017; que o



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Fundo Municipal do CMDM, conforme as últimas normativas, inclusive, as do Tribunal de Contas, deveria estar vinculado ao respectivo conselho, porém, noutra lei; que, por isso, não observava dificuldade alguma, em aprovar a matéria, haja vista que a desvinculação se fazia necessária, porque o fundo seria especial e contábil, onde seriam alocados todos os recursos orçamentários e extraorçamentários, de qualquer natureza, destinados a atender às necessidades do CMDM; que ela cumprimentava, então, a servidora de carreira da Câmara Municipal de Mogi Mirim, senhora Carla Mazotine, 1ª Secretária do CMDM, bem como a vice-prefeita, Dra. Lúcia Tenório, Presidente do CMDM, na certeza de que ambas estavam se debruçando, para que o conselho fosse atuante e o fundo pujante e que, com a aprovação da matéria, a Casa daria a ambas e às demais conselheiras a oportunidade de começarem a trabalhar. Também fez uso da palavra o Vereador Geraldo Vicente Bertanha. O vereador, Presidente da Comissão de Educação, Saúde e Assistência Social, ratificou a necessidade de desvinculação do fundo, noutra lei, e destacou que, segundo o IBGE, cinquenta por cento da população do município de Mogi Mirim eram público feminino, citando, como exemplos de atuação da mulher, na sociedade, a vice-prefeita, as vereadoras e as secretárias municipais. Registrou, que a mulher estava sempre muito envolvida, com a política, e que, nada melhor do que as próprias mulheres, para cuidarem do fundo, que estava sendo criado. Frisou o trabalho que estava sendo desenvolvido, por todas as conselheiras e ratificou a necessidade da aprovação legislativa, para que a desvinculação acontecesse, destinando o fundo, para que as próprias mulheres o gerissem. Falou que era sabedor da intenção e do desejo, que tinham as mulheres que estavam à frente do CMDM, pediu a aprovação da matéria, para que os membros do conselho pudessem trabalhar mais ainda, em prol do público feminino, e, para encerrar sua participação, cumprimentou a vice-prefeita, Dra. Lúcia Tenório, e a funcionária da Câmara, Carla Mazotine, respectivamente, presidente e 1ª secretária do CMDM,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

mulheres que tinham se empenhado e muito, para que a lei estivesse, hoje, sendo votada. O próximo orador foi o Vereador Luís Roberto Tavares, que se posicionou favorável à matéria e apenas registrou a luta da ex-vereadora Dayane Amaro, para a reestruturação do CMDM, homenageando esta “amiga e lutadora”, na causa da mulher; (colocado a votos, em sessão de hoje, a Câmara aprovou, Turno Único, unanimemente, o Projeto de Lei nº 101/2017, do Prefeito Carlos Nelson Bueno); (à sanção do Prefeito de Mogi Mirim); **“ex-vi” do disposto no Artigo 171 do Regimento Interno:**

3. Projeto de Decreto Legislativo nº 05, de 2017, de autoria do Vereador Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino, “dispondo sobre a criação, no âmbito da Câmara Municipal de Mogi Mirim, da Frente Parlamentar de Defesa e Direito dos Animais e dando outras providências”. Pareceres das Comissões de Justiça e Redação e de Educação, Saúde e Assistência Social. Inicialmente, fez uso da palavra o autor, Vereador Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino. Primeiramente, o vereador agradeceu aos membros das Comissões de Justiça e Redação e de Educação, Saúde e Assistência Social, pelos pareceres favoráveis emitidos, disse que estava muito feliz, pois a Câmara teria a oportunidade de unir forças e, desta forma, lutar por políticas públicas voltadas à causa animal. Explicou, que as questões dos animais também se referiam à saúde pública, portanto, era preciso dar efetividade às inúmeras leis já existentes, na luta pela defesa e proteção dos animais; que a proposta de criação da Frente Parlamentar em Defesa dos Animais tinha como objetivo contribuir para a proteção da vida animal, em virtude dos inúmeros casos de agressões, maus tratos e abandono; que a frente seria constituída, mediante livre adesão dos vereadores, com o objetivo de propor, apoiar e incentivar ações estruturais e sociais, em defesa e proteção dos animais, no município de Mogi Mirim; que tais ações seriam desenvolvidas, através de um trabalho, conjunto, dos órgãos públicos e da sociedade civil organizada, tais como, associações, ONGs, protetores independentes; que os maus tratos de animais eram práticas



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

recorrentes, que, através da Frente Parlamentar de Defesa e Proteção dos Animais, seria possível envolver o Poder Legislativo e entidades voltadas à proteção dos animais, na formalização de políticas e ações articuladas, para a prevenção e solução de casos de abandono e maus tratos, e que, o Poder Legislativo precisava estar inserido, no debate, e na busca de soluções, para a questão do abandono e dos maus tratos, contra animais, e, para tanto, ele propusera a criação desta Frente Parlamentar, no sentido de desenvolver políticas públicas destinadas à saúde, proteção e defesa dos animais, bem como ações que viessem colaborar, com as entidades de proteção animal, as quais tivessem, como objetivo, solucionar problemas de superpopulação de animais abandonados, nas ruas. Também discutiu a matéria o Vereador Luís Roberto Tavares, que empenhou seu apoio à ideia, registrou seu voto favorável e mencionou a Bancada dos Protetores dos Animais, na Câmara, composta pelos vereadores Sônia, Manoel, André e ele, orador, acrescentando o nome do vereador Samuel, que estava se integrando na causa. Por fim, salientou que o autor poderia contar com seu apoio, “até para sair do papel e virar luta de verdade”. Também comentou o projeto o Vereador Cinoê Duzo que, desde logo, registrou o seu apoio ao projeto. E pediu licença ao Vereador Luís Roberto, para dizer que projetos, tais como, em tela, não tinham apenas quatro, ou cinco defensores, mas trazia, em seu bojo, uma causa, que todos defendiam, pois tinham carinho pelos animais, especialmente, os de estimação. O próximo a discutir foi o Vereador Gérson Luiz Rossi Júnior. Ele registrou que o projeto, em apreciação, estava sendo votado, numa data próxima ao dia, em que a Igreja Católica comemorava São Francisco de Assis, o Santo Protetor dos Animais, e do Dia Mundial de Proteção ao Animal, ambas efemérides do dia 4 de outubro, e, para finalizar, parabenizou o Vereador Manoel, pela iniciativa, e a todos os envolvidos, na causa. Também discursou o Vereador André Albejante Mazon. Ele falou que o projeto era muito importante e mencionou que, durante a semana, em curso, teria lugar o Primeiro Encontro Nacional



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

dos Vereadores da Causa Animal, do qual participariam o Vereador Manoel Palomino e ele, orador. Ponderou que a causa era séria, que a bancada da “proteção animal” estava crescendo, na Casa, e que, uma frente parlamentar vinha, para que a causa fosse “bem representada”; (posto a votos, em sessão de hoje, a Câmara aprovou, Turno Único, unanimemente, o Projeto de Decreto Legislativo nº 05/2017, do Vereador Manoel Palomino); (ao Presidente para promulgar, conforme artigo 18, I, “i”; IV, “g”, do Regimento Interno); **4.** Projeto de Decreto Legislativo nº 06, de 2017, de autoria do Vereador professor Cinoê Duzo, “concedendo o Título de Cidadão Mogimiriano ao Senhor FLÁVIO FAUSTINO DE FARIAS”. Parecer da Comissão de Justiça e Redação; (submetido a votos, em sessão de hoje, a Câmara aprovou, Turno Único, unanimemente, o Projeto de Decreto Legislativo nº 06/2017, do Vereador Cinoê Duzo); (ao Presidente para promulgar, conforme artigo 18, I, “i”; IV, “g”, do Regimento Interno); **EM SEGUNDO TURNO: “ex-vi” do disposto no inciso IV, do Artigo 172 do Regimento Interno: 5.** Projeto de Lei Complementar nº 06, de 2017, de autoria do Prefeito Municipal, “dispondo sobre revogação da Lei Complementar Municipal nº 277/2013, que alterou a Lei Complementar nº 01/1990”; (colocado a votos, em sessão de hoje, a Câmara aprovou, Segundo Turno, unanimemente, o Projeto de Lei Complementar nº 06/2017, do Prefeito de Mogi Mirim); (à sanção do Prefeito de Mogi Mirim). Finda a pauta constante da "Ordem do Dia", o Sr. Presidente passou, desde logo, à parte dos trabalhos reservada à "**EXPLICAÇÃO PESSOAL**", conforme determinam os Artigos 114 e 115 da Resolução nº 276/2010 (Regimento Interno vigente). Inicialmente, fez uso da palavra o Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães. Ele teceu comentário pessoal, sobre a questão da alteração da Planta Genérica de Valores Imobiliários;. Citou que, em Mogi Mirim, existiam algumas coisas gritantes, mas ele acreditava, que para condomínios populares, onde era sabido residiam pessoas humildes, tais como o Santa Úrsula e o Santa Mônica, dever-se-ia verificar o



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

metro quadrado, antes de taxar o IPTU, e que, os Condomínios de alto padrão, tais como, Morro do Sol e Jequitibás, eram um “outro assunto” e afirmou ainda, que era um absurdo o valor de IPTU destes, porque era irrisório, em comparação a outras regiões da cidade. Depois, pediu ao prefeito que sancionasse, o mais rápido possível, a lei, que proibia utilização de fogos de artifícios, com estampido, no município, lei de autoria da Vereadora Sônia, porque, na semana passada, ele passara o caos, para lidar com seus cavalos, já que era sabido, que ele era criador de cavalos e passara apuros com seus animais, pois os equinos escutavam o estampido e se enroscavam, na cerca. O vereador solicitou ampla publicidade à lei, para que as pessoas tivessem, realmente, consciência de que os animaizinhos não tinham culpa da falta de inteligência das pessoas. Sobre outro assunto, relatou ter comparecido numa reunião, no Banco Bradesco, onde certo economista o havia informado, sobre a situação da economia nacional e, então, ele comunicava aos pares que, pela primeira vez, em muito tempo, ocorria uma situação inusitada na economia do país, ou seja, a equipe econômica estava autônoma da Presidência da República. Explicou que os empresários do setor financeiro estavam com mais confiança, na economia do país; que, em Mogi Mirim, o número de vagas de emprego tinha aumentado; que, na sua empresa de recursos humanos, Grupo Potencial, tinham sido contratados oitenta e quatro pessoas, nos últimos dias; que, por um lado, esta notícia era boa, mas, por outro, lastimável, porque tais vagas, quase na sua totalidade, tinham sido destinadas para a cidade de Mogi Guaçu, onde estava sendo feito um investimento pesado, para a industrialização, deixando Mogi mirim para trás. Falou, para concluir, que Mogi Mirim fora diminuindo e se sucumbindo, enquanto cidade, seus antigos distritos tinham todos se emancipando, estavam pujantes, acreditando ele, que Mogi Mirim acabaria, com o tempo, por se tornar um distrito de outras cidades da região, as quais tinham crescido, expansivamente, como era o caso de São João da Boa Vista, e que, havia a necessidade de



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

maior empenho do Poder Executivo, na atração de indústrias, para o município. Como o próximo orador, Vereador Samuel Nogueira Cavalcante, desistisse da palavra, discursou a Vereadora Sônia Regina Rodrigues. Ela comentou, que às 13h30, na data, havia protocolado requerimento, solicitando audiência pública, para debates em torno do SAMU, envolvendo a área da saúde e o SAMU da região, cuja sede estava estabelecida, em Mogi Guaçu, mas que, se os vereadores desejassem discutir o assunto, antes da publicação oficial da audiência, que só se daria depois de quinze dias, que ficassem à vontade, pois a urgência era compreensível. Se assim não fosse, se pudessem aguardar, para uma discussão mais aprofundada, então, ela requeria o apoio de todos, para a audiência, e comunicou que, na data, Mogi Mirim estava contando com apenas uma ambulância, nas ruas, justamente, num dia, em que tinham sido registrados sete acidentes, na cidade. Por fim, disse que o objeto da denúncia do Vereador Marcos Franco era lamentável, e que o governo deveria dar condições, tanto para um bom atendimento, quanto para um bom trabalho. Ato contínuo, fez uso da palavra o Vereador Tiago César Costa. Ele relatou terem saído, Vereador Marcos Franco e ele, orador, na data, para verificarem, in loco, o que estava acontecendo com as ambulâncias do município, logo após ele ter observado postagem, num grupo virtual, de uma senhora, que estava fazendo um desabafo e agradecendo aos membros do Corpo de Bombeiros, pelo atendimento que tinham feito a uma mulher, porque munícipes tinham tentado chamar o SAMU, desde cedo, e não tinham conseguido. A postagem informava ainda, que a mulher tinha falecido. Afirmou que, depois de ter escutado o áudio, divulgado, no plenário, pelo Vereador Marcos, e crendo as coisas não ocorriam por acaso, ele sabia, então, que tudo tinha vindo à tona, depois das visitas, na oficina, para mostrar a realidade daquilo que pessoas estavam vivendo, em Mogi Mirim, atualmente. Explicou, que existiam, no município, oito ambulâncias, que estavam paradas, estacionadas, uma delas, “meia boca”, pois funcionava, precariamente; que o SAMU



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

possuía duas ambulâncias, uma delas, uma UTI Avançada, nova, originária do Governo Federal, e outra, que estava no conserto; que era fato, que estavam utilizando a Ambulância Avançada, UTI móvel do SAMU, veículo especializado, para levar pacientes para exames; que a Ambulância Avançada ficava, então, estacionada, esperando o paciente fazer seus exames e, enquanto isso, o SAMU ficava “a descoberto”, sem nenhuma ambulância, para atendimento de chamados urgentes; que o médico do SAMU estava de “mãos atadas”, verdadeiramente, pois não tinha o equipamento, para trabalhar, e perguntou se, por acaso, o médico sairia correndo, a pé, para fazer o atendimento, trazendo o munícipe, “no colo”, haja vista que a ambulância especial estava fazendo um serviço, que as ambulâncias comuns deveriam fazer; que o transporte de pacientes, entre localidades, não deveria ser feito por uma Ambulância Avançada, mesmo porque, tal utilização indevida estava danificando o veículo especial, “ralando” o veículo, por baixo, uma vez que percorria ruas e estradas de terra, tornando-o sucateado; que ele próprio constatara, que o painel de freio da ambulância UTI Móvel estava aceso, indicando desgaste, troca de pastilha de freio, de tanto que ela era utilizada; que tudo estava sucateado, num descaso para com a saúde do munícipe; que, diante do óbito da vítima, que tinha ficado sem socorro, ele fazia, então, pedido de abertura sindicância administrativa, para punição dos responsáveis, pela falta de atendimento do SAMU, que isto era o mínimo de resposta a ser dada ao cidadão de Mogi Mirim, e que, anteriormente, aos fatos do dia, tanto ele, quanto o Vereador Marcos já tinham se programado, para reunião, com Vagner, responsável pelo SAMU, porque ele iria investigar, certamente, a forma como estavam sendo utilizadas as ambulâncias, haja vista que a Secretaria de Saúde de Mogi Mirim não poderia continuar atendendo dessa forma. Como o próximo orador, Vereador Alexandre Cintra, desistisse da palavra, ocupou lugar, na tribuna, o Vereador André Albejante Mazon. Ele retomou ao assunto da Planta Genérica de Valores Imobiliários e estabeleceu, que não desejava ser injusto; que



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

fora procurar saber a realidade, do valor do metro quadrado do Residencial Jequitibás e constatara, realmente, que na Planta Genérica vigente, o metro quadrado, no Residencial Jequitibás, valia R\$ 211,05 m², enquanto que o metro quadrado, no Morro do Sol, valia, atualmente, R\$ 26,38, e que, sendo assim, ele entendia como totalmente justificável a proposta de alteração da planta. O vereador fez um “minha culpa” e retirou o que tinha, anteriormente, discursado, porque reconhecia que estivera errado. Sobre outro assunto, abordou a audiência pública, solicitada pelo Vereador Gérson Rossi, para assuntos acerca do combate às drogas e políticas de prevenção. Disse, que gostaria ele próprio de ter solicitado a audiência, mas não o fizera, porque aguardava a agenda do Deputado Campos Machado, político que estava inserido numa frente contra a liberação da cocaína e da maconha e salientou ainda, que a audiência do Vereador Gérson era pertinente, pois o assunto era de suma importância, e que, o vereador Gérson traria, para o debate, uma profissional da cidade de Limeira, especialista, no assunto, também vereadora. Finalizando, parabenizou o Vereador Gérson, pela iniciativa. O próximo orador foi o Vereador Cinoê Duzo. Ele falou das orações, que tinham sido feitas, pela comunidade, clamando a Deus, que mandasse a chuva e, no tempo certo, Ele atendera e a chuva tinha chegado à cidade. Comentou, que a zona rural tanto precisava da chuva e que, a zona urbana precisava da zona rural, produtora dos alimentos, mas, no pouco tempo de chuva, as estradas rurais já tinham começado a apresentar grandes problemas; que ele tinha recebido várias reclamações a respeito, principalmente, oriundas da região de Martim Francisco, comunidades Villanova, Cavenaghi e Fernandes; que ele agradecia a chuva, vinda do céu, mas nove meses tinham se passado, com poucos dias de chuva, e não houvera nenhum planejamento, por parte da secretaria responsável, para colocar as estradas, em ordem, e perguntou onde estava o cronograma, de melhoria das estradas da zona rural; que o prefeito, agora, com a proposta horrorosa de aumento do IPTU, deveria visitar a zona rural, porque ficaria



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

atolado, com seu automóvel particular, e precisaria chamar um trator, para o rebocar; que o governo estava “patinando”, pois não saía do lugar; que a atual estratégia do prefeito fora trocar um secretário, mas nove meses tinham se passado e as estradas rurais continuam precárias; que o pessoal da zona rural clamava sempre e só precisava de estradas, para escoar a produção e exercer o direito constitucional, de ir e vir, com segurança; que não existia qualquer cronograma, só “servicinhos meia boca”, e perguntou quem era o Secretário de Agricultura até o momento, a fim de lhe dar respostas; que o prefeito trocava secretários, para ganhar tempo, com a desculpa de que o novo gestor teria que se inteirar do assunto, mas passava-se o tempo, virava-se o ano e nada acontecia, apenas desculpas, que eram dadas, para “tapar o sol com a peneira”, enquanto que, os munícipes da zona rural ficavam pedido “pelo amor de Deus”, que ele iria verificar, de perto, a recuperação da zona rural, em todas as áreas, e que, alguns conheciam a estratégia do prefeito maquiavélico Carlos Nelson Bueno. O próximo orador foi o Vereador Cristiano Gaioto. Ele cumprimentou a Vereadora Sônia, pelo transcurso de seu aniversário, que se daria, no dia seguinte, com votos de que Deus iluminasse sua vida, bem como, cumprimentou o assessor Carlos Di Martini, pela passagem do aniversário, também, no dia seguinte. Ato contínuo, relatou ter sido procurado, por moradores do entorno da Praça São José, que lhe haviam encaminhado abaixo-assinado, através do qual reivindicavam a erradicação das árvores da praça, da espécie Sibipiruna; que os moradores haviam lhe relatado, que os técnicos da prefeitura tinham feito um relatório, datado de 2007, contendo o parecer, de que as árvores eram impróprias para o local, porque estavam próximas ao cabeamento elétrico e telefônico, as copas tinham má distribuição de galhos, devido as podas mal feitas, e haviam parasitas alojados nos galhos, favorecendo o acúmulo de umidade, entre outras situações; que ele não era técnico, mas constatara, que as árvores estavam bem comprometidas; que os moradores tinham feito tentativas de erradicação dessas árvores, em



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

2007, e, em 2013, ambas, em vão; que, diante da situação, ele pedia a ajuda dos pares, para solicitar ao Secretário de Meio Ambiente, um novo estudo das árvores; que os moradores se propunham a plantar dez novas árvores, após a retirada das antigas; que as árvores estavam causando risco à vida das pessoas; que ele percebera, realmente, como estavam podres as árvores, que, ele faria nova solicitação de estudo, de um laudo técnico, e que, o responsável pelo CONDEMA também tinha sugerido retirar um espécie, para estudá-lo, no Raio X, para saber das possibilidades. O próximo orador foi o Vereador Geraldo Bertanha. Ele iniciou o discurso, falando que decidira, recentemente, entrar para a vida pública, na hora certa, aos sessenta e um anos de vida; que estava vereador, com sessenta e dois anos; que se propusera a aprender, desde o início, e acreditava estar no processo de aprendizagem, de como ser vereador, pois estava começando a saber, como separar as coisas, algo que, como jornalista, às vezes, não conseguira fazer; que, hoje, ele conseguia diferenciar a visão do jornalista, da visão do homem público; que ele observava, na Câmara, havia um interesse muito grande, por parte dos vereadores, pelas coisas da cidade; que as audiências públicas eram muitas e isto era deveras interessante, porque revelava ao público, que o vereador proponente estava comprometido com a comunidade, verdadeiramente, e citou as audiências efetuadas pelos vereadores Tiago Costa, sobre o MMEC, e Alexandre Cintra, sobre sinistros de grande porte; que o assunto, do dia, tinha sido o das ambulâncias, algo, aparentemente, simples, todavia, extremamente, importante, logo, a audiência sobre o SAMU, proposta pela Vereadora Sônia, seria muito importante também; que a audiência sobre a Contribuição de Iluminação – CIP, de iniciativa do Vereador Luís Roberto, tinha sido outra importante audiência também, porque o munícipe pagava muito, pelo serviço, e surgira, na audiência, alguma possibilidade de redução, e citou também, a audiência realizada, pelo Vereador Gérson, sobre o desperdício de comida, outro tópico bastante relevante, porque o Brasil era o país, que mais desperdiçava comida, no mundo,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

que tais audiências o estavam ensinando e muito, e que, as audiências discutiam políticas públicas, muitas vezes, solucionando problemas. Por fim, disse que estava aprendendo muito, com todos os pares, e cumprimentou toda a edilidade, pelo transcurso do Dia do Vereador. Como o próximo orador, Vereador Gerson Luiz Rossi Júnior, desistisse da palavra, ocupou lugar, na tribuna, o Vereador Luís Roberto Tavares. Ele se dirigiu ao Vereador Geraldo Bertanha, ao discursar, e lembrou a audiência pública sobre a Contribuição para Iluminação Pública – CIP, de sua iniciativa, aclarando que ela se realizara, num momento, em que ele já tinha votado, contrariamente, a algumas coisas do prefeito, portanto, imaginava que não teria colaboração alguma, por parte dos secretários municipais, mas estivera equivocado, porque os secretários tinham colaborado e o resultado fora um compromisso também dos gestores das secretarias, principalmente, sobre o dinheiro, que tinha sido arrecadado, e sua destinação, e que, a audiência tinha sido um trabalho do Poder Legislativo, com a colaboração do Poder Executivo. Ato contínuo, comentou sobre as proposituras que tinha apresentado, ratificando pedidos não atendidos, especialmente, sobre recapeamento de ruas, no Parque do Estado II, SEHAC e CDHU. O vereador agradeceu a chuva, bem-vinda, que cessava as queimadas, porque a população não estava aguentando mais, principalmente, idosos e crianças. Comentou ainda, sobre a Indicação nº 1338/2017, sobre problema sério, que ocorria na zona sul, precisamente, no Jardim Maria Beatriz, na Rua João Antônio de Lima, paralela à Rodovia SP 147, onde havia vazão de água muito pequena, que, quando das chuvas fortes, poderia alagar as casas ao redor. Pediu providências, sobre a questão do Jardim Maria Beatriz, aguardava resposta, e citou também, sobre outro tópico, que haveria uma reunião, da qual ele participaria, para discussão do loteamento irregular Bulgarelli, na quarta-feira, com os moradores. Frisou ainda, Indicação que fizera, para melhorias, no acesso ao Bairro do Jardim Planalto, onde faltavam calçadas, colocando a vida do morador, em perigo.



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Para encerrar, o vereador parabenizou o Secretário de Cultura e Esportes, Marcos Dias dos Santos, pela iniciativa do Samba de Domingo, evento que era realizado, no Teatro de Arena, no primeiro domingo, de cada mês. O próximo orador foi o Vereador Marcos Antônio Franco. Ele agradeceu ao Vereador Tiago Costa, pelo convite feito, de juntos investigarem as ambulâncias quebradas. Relatou, que tinham iniciado a investigação, logo cedo, às 8h30, na oficina, que depois tinham ido até o SAMU, às 9h30, e, por coincidência – Deus e Sua Mão, às 14 horas, o usuário, que havia ligado para o SAMU 192, tinha-lhe passado o áudio e ele se propusera a “brigar pela causa”, e que, o Vereador Tiago estava revoltado, porque a pessoa, que precisara da ambulância do SAMU, tinha falecido. Explicou a todos, o que era uma Ambulância Avançada, um veículo especial, UTI móvel, para atendimento de ocorrências graves, infarto, partos, que levava em seu interior um médico e uma enfermeira, e que, a outra ambulância, que era simples, era destinada aos casos triviais. Repudiou os trotes, pessoas que ligavam para o serviço e não precisavam, brincadeiras, uma falta de respeito, para com o ser humano, e contou caso, de quando trabalhava no 192, na ambulância branca, e atendera uma ocorrência, para buscar pessoa caída no ponto de ônibus, chegando ele, depois de vinte minutos, e era trote. Narrou outros casos e disse que iria “pegar pesado e não estava brincando”; que iria atrás do Coordenador do SAMU de Mogi Guaçu, para ter satisfações sobre o que tinha acontecido; que a ambulância do SAMU necessitava manutenção no freio, porque, caso contrário, danificaria o disco de freio e, conseqüentemente, o rolamento, o que faria com que a ambulância estacionasse, “de vez”; que ele trabalhara durante a noite e constatara só haviam duas ambulâncias, na secretaria, uma, para viagens, e outra, para remoção de pacientes, dentro do município, e que, esta última, estava “meia boca”, “motor fraquejando” e, por fim, sentenciou, que a qualquer momento a cidade ficaria “sem ambulância alguma”. A próxima oradora foi a Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros. Ela se referiu à erradicação



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

das árvores Sibipirunas, da praça central, observando que existiam pessoas contrárias à erradicação; que o ser humano fora fechando e cercando as árvores e as árvores acabaram estourando os pisos, com suas as raízes, porque não tinham recebido resistência, no local; que ela tinha preocupação, lembrava-se quando morrera uma pessoa, pela queda de um galho; que a Câmara tinha que se manifestar, se houvesse necessidade, pois o assunto já tinha chegado até o Ministério Público; que era necessário um entendimento, entre o patrimônio imobiliário e o histórico e era necessário se debruçar sobre o assunto; que ela tinha medo da natureza, estava violenta, que ela morava e residia, no centro, e que, muitos teriam que analisar a situação, principalmente, os técnicos. Na sequência fez uso da palavra o Vereador Moacir Genuario. O vereador se reportou à antiga Lei de Doações, assunto objeto da fala do Vereador Gérson, quando da votação do Projeto de Lei n 90/2017. Disse que era de suma importância, que as ações das empresas passassem sobre crivo da Câmara, para aval, mesmo porque, muitas não tinham a escritura definitiva e ainda, porque a Câmara tinha que ter “conhecimento de causa”. Sobre a revisão da Planta Genérica de Valores Imobiliários, disse que o assunto já trazia muitas discussões, que a reunião anterior não tinha sido produtiva, mas que, agora, com o projeto, em mãos, os vereadores poderiam estudá-lo, minuciosamente, e ele tinha certeza, de que todos o fariam. No tocante ao assunto das ambulâncias, explicou também, sobre a UTI Móvel, Ambulância Avançada, dizendo que era um veículo, que possuía os melhores quesitos para suporte de vida, e se reportou a uma primeira reunião, da qual participara, na Secretaria da Saúde, quando ele alertara à Secretária de Saúde, sobre não deixei espiar o prazo da garantia do veículo, prestes a vencer. Lembrou, que a bancada do PMDB havia recebido, em Brasília, e repassado à Secretária de Saúde, Dra. Rosemary, através de ofício, em 21 de setembro último, o pedido que haviam feito, de ambulância comum, tipo A, esperando ele, que a Secretária tivesse reunido a documentação, sob critérios do Ministério da Saúde,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

dando andamento à solicitação, haja vista a Portaria nº 2214, do Ministério da Saúde, a qual estabelecia, enfim, que cidades, até cem mil habitantes, tivessem direito a três ambulâncias, tipo A, esperando ele, então, que a Secretaria de Saúde tivesse sido ágil, para que, brevemente, Mogi Mirim pudesse desfrutar de uma ambulância nova, tipo A, ambulância básica, pois eram muitas as dificuldades do transporte de pacientes e socorro emergencial, na cidade. Como não houvesse mais oradores inscritos para falar em “Explicação Pessoal”, o Sr. Presidente determinou fosse guardado um respeitoso MINUTO DE SILÊNCIO pelo passamento do *Senhor Massami Yoshino*. Cumprida dita providência e nada mais a tratar, o Sr. Presidente, Vereador Jorge Setoguchi, agradeceu a presença de todos e, sob a proteção de Deus, encerrou os trabalhos da presente Sessão às 21h35, do que, para constar, determinou a lavratura da presente Ata, a qual, após achada conforme, discutida e aprovada vai, a seguir, devidamente assinada.

CMM